

POLÍTICA INTERNACIONAL NO PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES

INTERNATIONAL POLICY IN ALBERTO TORRES'S THOUGHT

Maria Fernanda Lombardi Fernandes¹

RESUMO

Em geral estudos de pensamento político e social brasileiro são voltados à compreensão acerca da formação do país, questões como a inserção do Brasil no mundo, a preocupação com a política internacional têm sido, muitas vezes, colocadas de lado, deixadas preferencialmente aos estudos das áreas do Direito e das Relações Internacionais. Assim, o objetivo deste artigo é analisar duas obras de Alberto Torres, *Vers la Paix* (1909) e *Le Problème Mondial* (1913), em especial a primeira, em que Torres apresenta um projeto de organização de uma Corte Internacional de Justiça, e discutir as propostas do autor em relação à política internacional e ao lugar que o Brasil teria no concerto das nações.

Palavras-chave: Pensamento político brasileiro. Política internacional. Alberto Torres. Nacionalismo.

ABSTRACT

In general political thought and social studies are looking for the meanings of the nation building, issues such as Brazil's insertion in the world, the concern with the international politics have been often put aside, studied by Law Studies or International Relations. Thus, this article aims to analyze two works by Alberto Torres, *Vers la Paix* (1909) and *Le Problème Mondial* (1913), in particular the first, in which Torres presents a project of a International Court of Justice, and discuss the

1 Doutora em Ciência Política pela USP (2004) e Professora de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil. E-mail: felombardi@uol.com.br.

proposals of the author about international policy and the Brazilian's role in the concert of Nations.

Key-words: Brazilian political thought. International policy. Alberto Torres. Nationalism.

Toda a História é uma sucessão de lutas e todos os problemas da humanidade não têm sido senão teses de discussão e motivos de batalhas; mas a luta é uma forma da atividade animal, não é nem o objetivo, nem o motor da natureza; e um dos problemas que o espírito científico de nossa era submete à civilização é o de saber se as condições da vida humana não chegaram ao estado em que a luta física entre as coletividades, classes ou nações, tem que deixar de ser tida por um meio normal de atividade, passando a ser vista como uma explosão dos preconceitos e das paixões, como um crime contra a adaptação natural dos instintos, das necessidades e dos interesses ao meio físico da Terra (TORRES, 1911, p. 550-551).

Alberto Torres (1978a) foi conhecido e estudado principalmente em função de suas obras editadas em português, em especial *A Organização Nacional*, que tem como apêndice um projeto de revisão da constituição de 1891. “Guia de uma geração”, “precursor do pensamento autoritário”, “exponente do pensamento conservador”, Alberto Torres foi lido a partir de suas posições nacionalistas e defensoras da centralização, construídas na esteira de sua atuação ao longo das primeiras décadas republicanas.

Dono de uma obra não muito extensa e sistemática, Alberto Torres escreveu duas obras em francês - *Vers la paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913) – pouco lidas e estudadas. Dirigidas a um público mais amplo – por isso, escritas em francês -, demonstravam o desejo do autor de influenciar mais do que as elites nacionais, alcançando as internacionais, num contexto de crescente beligerância que se desenhava no momento.

Essa faceta pouco explorada do pensamento de Alberto Torres se encaixa dentro de uma preocupação de se entender a posição do

Brasil no mundo e a construção da própria ordem mundial, ângulo não muito explorado nas análises acerca dos intérpretes do Brasil. Sem entrar diretamente nessa discussão é interessante pontuar uma questão levantada por Christian Lynch (2014) em um artigo sobre o pensamento de Rio Branco: ao centrar a análise do pensamento social (e político) brasileiro na questão dos intérpretes do Brasil, a maioria dos estudos busca entender o Brasil “por dentro”, a questão central é, desde sempre, a “formação” do país, o que levou a um segundo plano textos e autores que buscavam discutir a política internacional. Por outro lado, a onipresença do Barão na política externa brasileira e a apropriação de sua figura pelo Itamaraty acabaram reforçando a divisão entre o pensamento político brasileiro – análises voltadas para dentro – e o pensamento diplomático brasileiro – voltado para fora.

Nesse sentido, resgatar as obras de Alberto Torres – um intérprete do Brasil – específicas sobre política internacional pode contribuir para trazer ao campo dos estudos do pensamento político brasileiro essas questões, geralmente pouco abordadas e deixadas ao campo diplomático ou do Direito. Assim, o objetivo deste artigo é analisar essas obras - em especial *Vers la Paix*, onde Torres (1909) apresenta um projeto de organização de uma Corte Internacional de Justiça – e discutir as propostas do autor em relação à política internacional e ao lugar que o Brasil teria no concerto das nações.

Admirador da Doutrina Monroe e do presidente norte-americano Woodrow Wilson, Torres, nos textos em questão, elabora uma reflexão sobre os rumos da civilização mundial e discute como mecanismos institucionais poderiam (e deveriam) ser construídos para a manutenção da paz num contexto que ele via como totalmente novo.

Antes de abordar diretamente as obras em questão, pretendo apresentar de maneira breve dois dos temas centrais da obra de Alberto Torres, presentes também nos livros aqui trabalhados: o nacionalismo e o imperialismo. Ao mesmo tempo, ao iniciar a análise das obras

referidas de Torres será necessário, em alguma medida, informar o contexto da política internacional brasileira no período.

Nacionalismo e Imperialismo

Os temas do nacionalismo e do imperialismo foram centrais nas reflexões de Alberto Torres, que se preocupava com os rumos do país e do povo, explorados pelo capital estrangeiro. Seus escritos eram, de certa maneira, um alerta às gerações futuras para que entendessem a necessidade de defender as riquezas e a economia do país dos ataques estrangeiros, sejam feitos pelo capital, sejam pelo trabalho (imigrantes tomando o lugar de trabalhadores nacionais).

Em diversas passagens e obras Torres discute e expõe seu conceito de Pátria, liame afetivo que une os povos a um território. Terra, nesse sentido, é um componente essencial na definição de Pátria. No entanto, haveria de se diferenciar as velhas das novas nações, frutos da expansão colonial, onde os laços existentes eram frouxos, necessitando ser construídos. Nesses países, a evolução histórica foi pautada pela vontade e pelas necessidades de outros povos – os colonizadores. O Brasil, como uma “nação nova”, encontrava-se nessa categoria.²

Especificamente no que interessa a este texto, gostaria de chamar a atenção para um outro tipo de sentimento em que se apoia a moderna ideia de Pátria, segundo Torres: a aversão ao estrangeiro, o que levaria ao militarismo. No entanto, esse militarismo, esse espírito belicoso, estaria fadado a desaparecer da Terra com o avanço da civilização. Paradoxalmente, os países mais civilizados, possuidores de “nacionalidades velhas”, eram aqueles que apresentavam um nacionalismo muito mais arraigado e impregnado pelo belicismo, já que foram construídos na contraposição “ao outro”. Curiosamente, ao advogar que o avanço civilizacional levava à paz, Torres (1909), se

2 Em Fernandes (2014), há uma análise mais detida acerca do nacionalismo em Alberto Torres.

colocava na contramão dos fatos que antecederiam a Primeira Guerra Mundial.

No entanto, não se pode acusar o autor de simples ingenuidade: escrevendo seus dois livros em francês antes do conflito³, Torres (1913) percebia a marcha armamentista – notadamente em *Le problème mondial* – o que não o impedia de defender sua tese, apostando no papel primordial que os Estados Unidos poderiam ter nesse processo de construção da paz – como “nação nova”, mas já avançada no grau de civilização.⁴

Caberia aos “países novos” um papel importante na construção da paz, principalmente por meio do desenvolvimento de um nacionalismo não-belicista e não-xenófobo: diferentemente dos “países velhos”, a história de colonização levou esses países a um caminho diferente desde o início, formados por estrangeiros pela própria natureza do processo de colonização. Assim, aqui a nacionalidade poderia ser fundada sem se recorrer ao ódio ao estrangeiro e ao militarismo. Foi nesse sentido, inclusive, que Torres entrou em uma polêmica com Olavo Bilac acerca do militarismo no Brasil quando da criação da Liga de Defesa Nacional por este último. Bilac defendia uma “proposta de salvação nacional” que tinha no serviço militar obrigatório uma bandeira.⁵ Torres, ao contrário, pugnava pelo desarmamento, pela

3 *Vers la paix* e *Le problème mondial* (TORRES, 1909, 1913) foram escritos antes do conflito mundial, sendo o segundo, apesar da data, baseado em artigos publicados na primeira década do século XX. A despeito da crença na paz mundial que seria possível de ser estabelecida, o autor chamava a atenção para os riscos de uma corrida armamentista desenvolvida pelas potências europeias e defendia a construção uma solução para os conflitos do continente como condição *sine qua non* para a efetivação da paz.

4 O que também não o impediu de, em *Le problème mondial*, discutir o “mau uso” da Doutrina Monroe por Roosevelt, como será tratado adiante.

5 Segundo Lúcia L. de Oliveira (1990, p. 120-122), “Em 1915, Olavo Bilac iniciou uma jornada patriótica para despertar a nação falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Sua proposta de Salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos que conduziria ao triunfo da democracia. [...] O pensamento de Bilac teve em Alberto Torres um de seus principais opositores.

ausência de um exército permanente, já que, para ele, o exército, e em especial a figura do soldado, “[é um] símbolo de ameaça e de terror” (TORRES, 1909, p. 29).⁶

Com a irrupção do conflito mundial em 1914, boa parte da intelectualidade brasileira se alinhou à França e Inglaterra.⁷ Tal não foi o caso de Alberto Torres, que buscou defender uma neutralidade, acusando tanto os velhos quanto os novos imperialismos. A responsabilidade maior pelo conflito caberia justamente à França e Inglaterra, que não resistiram à concorrência alemã, por outro lado, a Alemanha repetia e reforçava as práticas imperialistas britânicas e francesas⁸. A guerra que se avizinhava fazia parte do que chamava de “ilusão imperialista”. Invertendo o senso comum que bebia num darwinismo “torto”, afirmava que, ao invés de ser o emblema do processo de seleção natural – onde os mais fortes sobreviveriam – a guerra fazia exatamente o oposto: os soldados eram geralmente jovens, fisicamente aptos, em suma, os melhores representantes da juventude da nação. E eram justamente esses que pereceriam num conflito – argumento desenvolvido principalmente em *Le Problème Mondial*. O imperialismo destruía, de uma só vez, as colônias e os países centrais, uns pela espoliação, outros pela guerra.

O nacionalismo de Torres, longe de se pautar pelo negativo (aversão ao estrangeiro e militarismo), deveria ser construído a partir

[...] Alberto Torres opunha-se aos movimentos de regeneração patriótica, pois, para ele, o problema do Brasil não era a ausência de afetividade patriótica.”

6 Os trechos das obras em francês foram traduzidos por mim.

7 Pode-se destacar os germanófilos Dunshee de Abranches, Capistrano de Abreu e Lima Barreto (OLIVEIRA, 1990).

8 A posição de neutralidade de Torres “não impediu a recusa do jornal *A Noite* em publicar um artigo seu, considerado favorável à Alemanha, o que contrariava a linha política do jornal. Frente à negativa, Torres criticou a opção do jornal (e da maior parte da imprensa brasileira) pelos ‘dominadores antigos’ em detrimento dos ‘dominadores do futuro’, demonstrando mais uma vez que acreditava na semelhança entre os dois imperialismos” (FERNANDES, 2014, p. 137-138)

do sentimento de comunhão com a terra, por um laço afetivo⁹ que encontraria tradução no que ele chamava de “senso nacional”: a defesa da terra e de suas riquezas era a defesa da própria Nação, ainda em formação. Nesse sentido, a atuação das companhias estrangeiras no país se mostrava deletéria porque elas não só exploravam o presente, mas também destruíam o patrimônio das futuras gerações.

Outro aspecto a ser ressaltado dentro do nacionalismo de Torres é a sua crítica às teorias racialistas do período – de certa maneira uma novidade num meio que afirmava a superioridade dos brancos europeus e condenava a mestiçagem brasileira. Afirmava que a raça “é o menos ativo dos elementos formadores da nacionalidade” (TORRES, 1978b, p. 28), até porque era impossível pensar em um povo formado por uma raça pura àquela altura do desenvolvimento da humanidade.¹⁰ Assim, não haveria, para ele, uma diferença essencial entre as raças e acreditava na perfectibilidade operando em todas elas, mesmo nas consideradas “mais atrasadas” (FERNANDES, 2014). Se a raça era o “menos ativo dos elementos”, o que explicaria o atraso do país? Não era o povo mestiço, decisivamente. O problema da desorganização nacional era da elite política, incapaz de dirigir o país rumo ao progresso e à civilização. Esta direção correta só poderia ser dada pelo Estado organizado e controlado por elites virtuosas. Segundo ele, seria um “erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a

9 Em trecho que muito lembra Burke (apesar deste não ser citado), Torres mostra que a nação brasileira deve ser entendida como a “associação de indivíduos e famílias que habitam o Brasil com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o ‘Estado’; formando, sobre seu habitat territorial: o ‘País’, graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranquilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um de seus membros - uma ‘Pátria’.” (TORRES, 1978b, p. 27).

10 “As correntes migratórias ocorridas desde o aparecimento do homem levaram todos os povos a manterem contato e a se miscigenarem, donde a pretensa alegação de pureza e superioridade dos árias, por exemplo, não ter o mínimo cabimento” (FERNANDES, 2014, p.129).

responsabilidade dos desvios da evolução, e esperar deles a iniciativa de reformas. O corpo alimenta; não inspira, nem dirige o cérebro” (TORRES *apud* GENTIL, 1938, p. 94).

A necessária construção da nacionalidade só se daria por meio da ação da elite, que deveria buscar um caminho próprio, abandonando as cópias europeias e americanas, deixando de lado ideias que afirmavam a inferioridade do povo brasileiro. Esse seria o verdadeiro nacionalismo, não o ufanismo de um Afonso Celso, que simplesmente idolatrava os recursos naturais do país, ou o nacionalismo que se resumia à exaltação dos símbolos como a bandeira e as armas, sem vínculo com a realidade concreta. Ser nacionalista era apoiar um projeto de construção nacional, buscando resolver questões como alimentação, educação, higiene, além da proteção das riquezas e dos interesses econômicos nacionais.¹¹

Por tudo isso, era fundamental a luta contra o “imperialismo”, que não poderia ser caracterizado somente pelo domínio do capital estrangeiro sobre o país, mas também pela imigração e pelas ideias “importadas” sem mediação. Os grandes males que atingiam o país eram decorrentes da postura imperialista dos países europeus e da conivência da elite brasileira, subserviente aos interesses do capital estrangeiro. A elite brasileira não se preocupava com a proteção da economia, pelo contrário, contribuía com o estrangeiro ao organizar uma exploração predatória, ao defender a imigração, abandonar a lavoura e privilegiar a indústria¹², fatores que seriam responsáveis pela drenagem do capital nacional para o exterior. A exploração sofrida

11 Ver: *As fontes da vida no Brasil* (TORRES, 1990). O tema central é a defesa das riquezas nacionais e a necessidade da preservação da natureza. De certa maneira, é uma obra com uma abordagem ecologista vanguardista.

12 Difícil concordar com Alberto Torres nessa passagem. Não dá para dizer que houve um olhar privilegiado para a indústria nesse período. O agrarismo do autor fazia com que ele visse qualquer incentivo à indústria como uma ameaça ao seu projeto de um país baseado em pequenas propriedades e na policultura.

pelo país pelos estrangeiros era marca da história nacional: desde as feitorias portuguesas até os “sindicatos” americanos, foram séculos de exploração e pilhagem que contavam com o beneplácito das elites locais – que viam essa ação estrangeira como “colocação de capitais” (GENTIL, 1938, p. 382).

A despeito dos perigos apontados por Torres, a realidade era outra: os sucessivos governantes, bem como a elite nacional, em sua grande maioria, apoiavam as ações das empresas estrangeiras no país. O Estado, a quem caberia a defesa nacional, encontrava-se enredado pelos interesses “imperialistas”.

O nacionalismo de Alberto Torres, acompanhado pela sua crítica ao imperialismo, não poderia ser classificado como xenófobo. Não há ódio ao diferente, não há defesa de superioridade, nada disso. Também não há uma busca pelo isolamento ou a recusa de qualquer influência externa. Mas, como muitos antes e depois dele na crítica ao liberalismo desenraizado, Torres defende a necessidade de se estudar e entender a realidade brasileira, de se conhecer os problemas *reais* do país, e não se apegar a ideias *artificiais* e descoladas da experiência.

A Construção da Paz como Programa: Vers la Paix e Le Problème Mondial

Ao longo da primeira década do século XX, a política externa brasileira foi marcada pela centralidade da figura do Barão do Rio Branco, que assumiu o Ministério das Relações Exteriores em 1902, permanecendo no cargo até a sua morte, em 1912. Monarquista, assim como Nabuco e Rui Barbosa, cedo foi incorporado ao novo regime, participando de negociações territoriais brasileiras ainda na última década do século XIX. Rio Branco, de certa maneira, pautou a política externa republicana para além de sua gestão. Foi responsável pela aproximação do Brasil aos Estados Unidos – a chamada “aliança não-escrita”, referida por Bradford Burns – e pela construção de uma rede diplomática que contava com antigos companheiros monarquistas, como os já citados Rui (que aderiu rapidamente ao novo regime) e Nabuco.

A construção da política externa brasileira no período deparava-se com a questão da aproximação aos Estados Unidos, substituto das antigas potências europeias – França e Inglaterra, aliados preferenciais do regime monárquico. Mas também se discutia a construção de alianças no continente sul-americano, com a chamada “política ABC”, envolvendo os vizinhos Argentina e Chile. Dois momentos centrais para a diplomacia brasileira no período foram a Terceira Conferência Pan-Americana, ocorrida em 1906 no Rio de Janeiro, e a Segunda Conferência de Paz de Haia, em 1907. Se a primeira marca os esforços de aproximação aos Estados Unidos, principalmente por Nabuco, a segunda marca a centralidade de Rui Barbosa e o afastamento em relação às grandes potências e ao monroísmo.¹³

Nesse período, Alberto Torres dedicou-se ao jornalismo, mas também foi ministro no Supremo Tribunal Federal (1901-1909), de

13 A esse respeito, ver: Fernandes, Ferreira e Reis (2010).

onde recebeu o encargo de atuar como observador junto ao Terceiro Congresso Pan-Americano, em 1906. Participou das primeiras reuniões, mas afastou-se da legação, pois o Supremo Tribunal Federal questionou a participação de seus membros numa comissão do poder executivo. A experiência, entretanto, foi positiva, levando à uma aproximação com Rio Branco. Fora da Conferência, continuou a observar os trabalhos e, posteriormente, passou a comentar em jornais diários também as reuniões da Conferência de Haia. Parte desse material serviu de base para os dois livros aqui analisados.

Publicado em 1909, *Vers la paix* compreende duas partes: a primeira consiste num estudo sobre a “forma prática de estabelecer a paz”, e a segunda, num projeto de organização de uma Conferência pela paz e de uma Corte Internacional de Justiça. As discussões existentes na primeira parte do livro são bastante vagas, genéricas, com poucas referências teóricas. Temas como a superação das teorias raciais aparecem para servir de argumento à impossibilidade de se ver os povos como nacionalidades fechadas e antagônicas. Ao mesmo tempo, o imperialismo é reconhecido como força – reacionária – que mantém a beligerância ativa, mas fadado ao fracasso. O mote central – que será retomado em *Le problème mondial* – é o da incompatibilidade entre os negócios, a economia, e a guerra.

Alberto Torres enxergava o novo momento que se vivia no mundo como único: seria apenas agora que a Terra realmente passava a existir, com a incorporação da África e da Ásia, as ferrovias, o surgimento e desenvolvimento da Antropologia e da Sociologia.¹⁴ No entanto, haveria um descompasso entre o avanço da “civilização”, como ele dizia, e a política internacional, ainda marcada pela beligerância e pelos interesses e ambições dos chefes políticos, que arrastavam os povos aos conflitos. A guerra se teve alguma função ao longo da

14 Ver: Torres (1913, p. x).

história da humanidade, haveria agora de perdê-la, cedendo lugar à construção de uma solidariedade mundial.

Assim como em suas obras voltadas à reflexão acerca da organização do país (*O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*), os temas do nacionalismo, imperialismo, racialismo se fazem presentes. Outro aspecto importante que se repete é a ânsia do autor em contribuir com uma legislação específica no campo: no caso, em *Vers la Paix*, a proposta de regulação dos conflitos internacionais por meio, primeiro, da convocação de uma Conferência que reuniria os países para solucionar conflitos, de acordo com os princípios da “justiça e equidade”; e, segundo, pela criação de uma Corte Internacional de Justiça. Como já disse acima, as propostas aparecem na última parte do livro, e dialogam diretamente com as resoluções retiradas em Haia em 1907, onde Rui Barbosa atuou com representante brasileiro. Parte da reflexão contida principalmente em *Le problème mondial* havia sido anteriormente esboçada em artigos publicados na imprensa ao longo de 1907¹⁵, quando a conferência teve lugar e explicitam as divergências que Torres (assim como Nabuco) havia tido com Rui, na questão do papel atribuído às nações – Rui advogou, na época, a paridade absoluta entre os países, o que se contrapunha à proposta de controle por parte das grandes potências. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, Torres acreditava que o ideal seria a divisão dos países em três grupos, de acordo com uma série de critérios (econômicos e militares, mas, principalmente, “civilizacionais”) e a garantia de um julgamento inter-pares em conflitos estabelecidos.

A crença de que a paz era possível e, mais ainda, “natural” no estágio de desenvolvimento em que se encontrava a humanidade é explicitada, nas duas obras, por meio de uma análise do caráter da guerra – vista como construção histórica e negada em sua dimensão instintiva – amparada em estudos antropológicos e sociológicos. Em

15 Ver: Lima Sobrinho (1968, p. 280-281).

Le problème mondial, Torres, diferente de outras obras, cita com bastante regularidade autores contemporâneos e discute diretamente com o aproveitamento – a seu ver equivocado – que se fazia da teoria da evolução de Darwin aplicada ao mundo social:

A luta pela vida, no seu sentido mais preciso, atribuído por Darwin e, sobretudo, pelos neodarwinistas, é o fator quase que exclusivo da seleção natural, de outro modo se dá quando se avança da seleção natural para a seleção social: são os caracteres favoráveis à sociedade que importam mais que os caracteres benéficos ao indivíduo (TORRES, 1913, p. 61).

A hostilidade entre as raças e o nacionalismo – bem entendido como o nacionalismo agressivo e xenófobo – não poderiam mais sustentar o avanço das guerras. Por um lado, as “modernas teorias” derrubavam a fronteira intransponível entre as raças, tornando o motivo étnico irrelevante. Em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1911, Alberto Torres voltava ao tema já discutido em *Vers la paix*: “vê-se a Terra dividida entre povos em diversos graus de cultura, mas todos conhecidos, todos expostos às influências que tendem a entrelaçar raças e sociedades e a assimilar interesses e costumes [...]” (TORRES, 1911, p. 551-552). Por outro, o avanço da civilização, como costumava dizer, trazia consigo o avanço do individualismo, sentimento avesso ao risco e à beligerância: os homens estavam longe do tempo em que se comportavam pautados por hordas. Como indivíduos, tinham óbvio interesse na manutenção da paz, que seria propícia à perpetuação da espécie e, mais ainda, à segurança de sua família, razão primeira de devoção do indivíduo. O individualismo moderno não se contrapunha ao nacionalismo, mas favorecia uma concepção pacifista: a pátria era aquela que preservava a vida e os interesses do indivíduo e, em primeiro lugar, aquele lugar que assegurava a sobrevivência da família.¹⁶

16 Tanto em *Le problème mondial* quanto no discurso proferido no IHGB, Alberto

A guerra seria incompatível, também, com o avanço do próprio sistema capitalista. Em *Vers la paix*, Torres argumenta que a passagem da vida em comunidade para a vida em sociedade trouxe consigo uma mudança de postura dos homens em relação às questões econômicas: a concorrência individual tomou o lugar da “concorrência coletiva”. O novo mundo dos negócios forjado no sistema capitalista, ao contrário de períodos anteriores, se ancora na paz: apenas os negociantes de armas lucram com as guerras. Os demais precisam de um território sólido e calmo, da existência de regras e tratados válidos para que o comércio internacional flua sem restrições: banqueiros, industriais, agricultores, a “força pujante” das nações, todos almejam a paz¹⁷. Segundo Torres, “uma época marcada pela supremacia da atividade econômica sobre todas as outras é refratária ao espírito de aventura, aos pendores românticos ou sanguinários do passado” (TORRES, 1909, p. 22). A prosperidade econômica só viria acompanhada pela paz, o que o leva a inferir o caráter pacifista do sistema capitalista: “o capitalismo é essencialmente pacífico, pois só a paz pode assegurar a solidez das relações econômicas” (TORRES, 1909, p. 24).

Como bem aponta Lima Sobrinho, há uma incompreensão de Torres em relação ao vínculo entre capitalismo e imperialismo, pelo menos nessas obras anteriores à Primeira Guerra Mundial. É apenas com o conflito – que acompanhou em boa parte – que os nexos se estabelecem para o autor. Até então, as críticas ao imperialismo e ao militarismo (que eram vinculados) não são acompanhadas de um reconhecimento

Torres (1911, 1913) tece uma crítica às concepções positivistas que colocam a Humanidade e a Pátria acima da Família. Segundo ele, há uma inversão óbvia das prioridades nesse caso. O primeiro laço, e a maior devoção do indivíduo é à família. Não é possível um amor pelo mais distante ser maior e vir primeiro do que o pelo mais próximo.

- 17 O que não significa que ele negue o óbvio: conflitos econômicos estão na raiz de muitas guerras. Mas estes seriam “pontuais” e, mais ainda, alimentados pelos governos, interessados em escamotear problemas internos com a criação de inimigos externos. A opção pela paz seria uma opção dos indivíduos como agentes econômicos, não dos Estados.

do imperialismo como inerente ao sistema capitalista. O “mundo dos negócios”, para Torres, tenderia a se beneficiar da paz, apesar dele reconhecer que interesses econômicos muitas vezes estavam na raiz de conflitos armados. Em textos posteriores – publicados na imprensa – bem como na polêmica em que se envolveu com Olavo Bilac acerca da necessidade ou não da militarização dos cidadãos em meio à guerra, Torres passa a entender o imperialismo como não só responsável pela manutenção da guerra, mas como um aspecto do desenvolvimento do próprio capitalismo. Em 1909, reconhecia o imperialismo alemão como agressivo e belicoso, mas acreditava ainda que as “velhas nações” (Inglaterra e França), bem como as novas (Estados Unidos à frente), poderiam se contrapor aos desejos expansionistas alemães e evitar um conflito. No entanto, em várias passagens de *Le problème mondial*, Torres começa a se questionar acerca da possibilidade de governos dos países centrais serem capazes de contribuírem de fato para a construção da paz mundial. Aparentemente, as leituras de Hobson contribuíram para que Torres começasse a ter uma visão do imperialismo mais acurada.¹⁸

Em relação aos Estados Unidos, Torres nutria uma esperança bastante grande em 1909: a despeito da postura alinhada à Inglaterra e França em Haia¹⁹, acreditava que o país poderia contribuir para a efetivação da paz mundial. Ainda em 1913 esta crença se mantém: em *Le problème mondial*, Torres dedica um capítulo à análise do papel dos Estados Unidos na política internacional e da Doutrina Monroe. Nele, o autor retraça a origem da doutrina, tradução do liberalismo norte-americano (e inglês) para a política internacional. No princípio,

18 O que levou à uma interpretação da Primeira Guerra como sendo o embate entre o “velho” e o “novo” imperialismo.

19 Torres elogiava a postura norte-americana de defender a arbitragem, mas criticava o alinhamento dos EUA à Inglaterra, França e Alemanha, que defenderam a supremacia dos “grandes” no projeto de criação de um organismo internacional (que acabou não sendo criado). Como já foi afirmado anteriormente, Torres tampouco endossava a proposta de Rui, de igualdade entre os Estados, preferindo sugerir outra fórmula, já referida aqui em outro momento.

diz Torres, não era uma política defensiva, mas uma “declaração de direitos” para os povos americanos. O monroísmo, entretanto, havia sido criado em outro contexto. No século XX, ganhou novas tonalidades com Roosevelt, podendo assumir um caráter imperialista que, segundo Torres, não existia quando de sua criação. A despeito de acusar a possibilidade de uma leitura “negativa” da Doutrina, continuava acreditando no caráter essencialmente pacifista da doutrina e da política externa norte-americana. Assim, não haveria problema no reconhecimento da centralidade dos Estados Unidos no continente, nem em sua liderança (mas não em sua hegemonia, outra leitura que poderia vir do Corolário Roosevelt, como chamava a atenção). Isso não significaria, entretanto, que os países latino-americanos deveriam seguir cegamente os “irmãos do Norte” e abandonar os países europeus: pelo contrário, no atual estágio da civilização, tanto os Estados Unidos quanto França e Inglaterra, deveriam ser considerados igualmente como responsáveis pela condução da política internacional e fundamentais na construção de um mundo de paz.

Os Estados Unidos seguiam sendo o modelo de capitalismo não-beligerante que Torres tinha em mente quando efetuava suas análises. O país era responsável pela introdução de um novo tipo de imperialismo, “do bem”, o “imperialismo das ideias”:

Essa iniciativa [propor a paz ao mundo] deu à bela e gigantesca nação a glória de criar um imperialismo novo, o imperialismo moral das ideias, fundado sobre a aspiração de influenciar por meio da força da justiça, da honestidade dos interesses e pela irresistível fatalidade do bem. Segui-los e apoiá-los nesse caminho não é um ato de subordinação à nação mais forte, nem um gesto de desconfiança em relação às outras nações: é prosseguir, diante dos novos problemas humanos, a lógica de nossa política; é nos colocar, frente aos povos e governos, ao lado de amigos mais livres e avançados, para buscar a solução dessas próprias dificuldades (TORRES, 1913, p. 208)

Este seria o desdobramento natural da Doutrina Monroe no século XX. A visão positiva do papel dos Estados Unidos havia sido reforçada pela eleição de Woodrow Wilson para a presidência norte-americana, homem tradicionalmente ligado à defesa da paz, tido como modelo de estadista por Torres, principalmente devido às suas críticas ao avanço desmedido do capital sobre os países da América Latina, além da postura pacifista. A defesa de Wilson à entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial selou, de uma vez por todas, a decepção de Torres com o Presidente norte-americano e com o papel dos Estados Unidos como peça central na construção da paz mundial. A percepção do imperialismo norte-americano se tornou mais aguda então.

Um último aspecto importante a destacar na argumentação de Torres acerca do caráter da guerra e da possibilidade da paz, é a relação que ele estabelece entre a guerra e os conflitos internos aos Estados. A primeira se sobrevive ainda, é muito mais devido à necessidade de se resolver os problemas internos, seja desviando o foco para o “inimigo externo”, seja trazendo dividendos internos da espoliação externa. É um desdobramento da chamada “questão social”, interna, para o campo externo. Os conflitos sociais, a desigualdade, o antagonismo das classes, segundo ele, são os fatos que mais chamavam a atenção no momento, mas eram artificiais e passageiros: poderiam ser superados pela construção da paz e pelo desarmamento das nações. O argumento segue: os Estados se armam para evitar ataques externos, bem como para controlar os conflitos internos; polícia e exército são duas faces da mesma moeda. No entanto, a chamada “questão social” não se resolve com armas, mas sim com a melhoria de vida e a diminuição das distâncias entre os indivíduos, colocados “acidentalmente” em posições antagônicas.²⁰

20 A divisão em classes não é, pois, mais do que uma noção arbitrária de um fato passageiro e acidental. A sociedade contemporânea não é, verdadeiramente, formada por classes, mas sim por homens, distribuídos aleatoriamente em

O caráter estritamente político dos conflitos armados é ressaltado: são os Estados que promovem tanto a guerra, quanto a paz armada, que obstaculiza um dos principais meios de solução da questão social, a imigração. A desconfiança mútua atrapalha não só os negócios e a circulação de mercadorias, mas também a circulação de pessoas livremente pelo mundo. Se o “espírito” e a “opinião pública” eram pacifistas, o mesmo não se poderia dizer dos governos, os grandes responsáveis pela sobrevivência do belicismo nos tempos modernos. Em seu discurso no IHGB, Torres voltava à argumentação, já defendida em *Vers la paix*: “a política, na vida nacional e na mundial, é uma forma atrasada da atividade humana, está alguns séculos aquém da civilização.” (TORRES, 1911, p. 551).

Para vencer os obstáculos colocados pela “política” ordinária, seria necessário, tanto interna quanto externamente, a construção de instituições e mecanismos que superassem esse caráter “atrasado” e faccioso. É assim que se apresenta, ao final de *Vers la paix*, a proposta de Alberto Torres da construção de uma Corte Internacional de Justiça e de uma Conferência pela Paz Mundial.

Como contribuir, efetivamente, para a construção de uma paz fundada não sobre armamentos, já que a “paz armada” nada mais seria do que a ameaça permanente da guerra? É pensando em contribuir para o debate que Alberto Torres, na segunda parte de *Vers la paix*, propõe uma série de medidas concretas nessa direção.

Basicamente, seria necessário encaminhar duas resoluções: em primeiro lugar, fundar uma ordem internacional como meio de solução de conflitos – preferencialmente pela elaboração de tratados – e, em segundo lugar, estabelecer uma autoridade internacional com poder de interferência real. Conferências existiram antes, mas, segundo ele, foram infrutíferas e caíram no erro de tentar construir uma ordem sobre ruínas: de nada valeu a Conferência de Haia de 1907 que, além

vários graus de fortuna, capacidade e valor (TORRES, 1909, p. 38).

de terminar com um impasse, manteve a ideia da “paz armada”. A simples enunciação de princípios não seria suficiente para a construção da paz. Uma nova conferência, marcada pela participação de todos os países “civilizados” (mas não só eles), deveria ser realizada a partir de vários critérios: justiça, equidade, transação, compensação e reparação (TORRES, 1909, p. 52). Tal conferência poderia iniciar os trabalhos rumo ao fim da ameaça da guerra:

Magistratura, corpo legislativo e tribunal de justiça do trabalho, essa assembleia agirá com um espírito de absoluta imparcialidade graças à confiança que cada um de seus membros têm na certeza dos interesses de seu país. Será absurdo admitir intrigas, animosidades e cabalas numa assembleia cuja missão consistirá em preparar um futuro de bem-estar e prosperidade a todo o gênero humano (TORRES, 1909, p. 53).

Antes de apresentar o “regulamento” criado, Alberto Torres tem o cuidado de ressaltar que seu objetivo não seria “revolucionário”, ou seja, não era sua intenção romper com a ordem estabelecida ou mesmo propor uma reordenação dos países no mundo. Partindo do pressuposto que a guerra era inconciliável com o “espírito e os interesses da sociedade contemporânea” (TORRES, 1909, p. 61), a criação de uma Corte Internacional de Justiça não romperia com o fato de que existem potências e países secundários. Os interesses das grandes nações seriam respeitados, mas também o das pequenas. Criticava a proposta de Rui Barbosa em Haia, a defesa da igualdade absoluta na representação dos países, mas também não concordava com a supremacia inconteste dos grandes. Em seu projeto, haveria a divisão em três níveis, como já foi anteriormente citado, mas, a questão central era a garantia do julgamento dos conflitos inter-pares.

Apenas pelo estabelecimento de um organismo supranacional poderiam ser afirmadas as garantias da paz. Somente com uma autoridade reconhecida por todos os interesses poderiam ser

confrontados e julgados, com as decisões sendo aceitas por todos. Mais ainda, as sanções porventura advindas de um descumprimento de uma determinação, também seriam aplicadas por todos, e não por cada um ou pelos “grandes”: era o reconhecimento de que, acima das grandes e pequenas nações, uma ordem mundial, com autoridade, se estabelecia. Sem isso, ficava-se a cargo de uma política discricionária das potências, que intervêm em países soberanos por conta de seus interesses. Intervenções só seriam possíveis a partir de uma perspectiva mundial, de caráter humanitário: este seria o novo limite da soberania.

Porém, do ponto de vista prático, não seria a organização da justiça, nem os tratados estabelecidos que trariam a paz: o poder, sem dúvida, nasce da força, mas a proposta da paz nasce da opinião, da reflexão, apesar e à revelia dos governos. Seria a chamada “opinião pública” a responsável pela paz, a própria marcha da civilização levaria a isso. Torres afirmava que, quando “os sentimentos e interesses humanos” se sobrepusessem às ambições dos Estados, a guerra se tornaria inviável.

O projeto proposto por Torres ao final de *Vers la paix* busca dar conta de suas propostas ao longo da obra. Prevê fontes de financiamento e esmiúça uma série de artigos regulatórios das relações entre as nações. Suas propostas não foram sequer debatidas no momento, mas a implantação de um mecanismo global de arbitramento dos conflitos mostrou-se mais do que necessária ao fim da Primeira Guerra. No entanto, como ele mesmo chamava a atenção, não seria possível construir a paz sobre ruínas – e, de certa maneira, foi o que ocorreu com a Liga das Nações e seu retumbante fracasso.

Referências

FERNANDES, Maria Fernanda L. “Nacionalismo e agrarismo em Alberto Torres”. In: Lená M. Menezes; Hugo Troncoso; Rogerio de la Mora (orgs). *Intelectuais na*

América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização. Rio de Janeiro: UERJ, Labime, 2014, p. 127-138.

FERNANDES, Maria Fernanda L.; FERREIRA, Gabriela N.; REIS, Rossana R. Rui, Nabuco e a relação Brasil-Estados Unidos. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 32, p. 13-28, abr. 2010.

GENTIL, Alcides. *As ideias de Alberto Torres*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LYNCH, Christian. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 15, p. 274-314, set./dez. 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Nacional, 1978a.

TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1990.

TORRES, Alberto. Discurso proferido no IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: actas das sessões de 1911*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1911. Tomo LXXIV, Parte II, p. 547-601.

TORRES, Alberto. *Le problème mondial: études de politique internationale*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1978b.

TORRES, Alberto. *Vers la paix: études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre International*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.